

CARTILHA

PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA



UNIR

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA



PROFIAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Contribuições à Gestão Democrática na Administração Pública

Cartilha elaborada como Produto Técnico do Programa Nacional em Rede em Administração Pública – Universidade Federal de Rondônia, por meio do Projeto: Espaços Participativos na Universidade, coordenado por Keise Franco e Walterlina Brasil.

Versão Digital 2023

Participação na Gestão Universitária. Cartilha.

©TEXTO: Keise Franco. Walterlina Brasil

©IMAGENS: Canva

© EDITORAÇÃO: Keise R. Franco Fernandes e

Walterlina Barboza Brasil

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Thalisson Freitas Leite CRB 11 - 1067

F363p Fernandes, Keise Raiane Franco.
Participação na gestão universitária / Keise Raiane Franco Fernandes.
– Porto Velho : [S.n.], 2023.
19 p.: il., color; 30 cm
Orientadora: Prof.^a Dra.^a Walterlina Barboza Brasil.

Cartilha (Produto Técnico). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP. Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. – Administração pública. 2. Governo. I. Brasil, Walterlina Barboza (Orient.). II. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública III. Título

CDU 35(041)

Versão digital, Editora EDUFRO, 2023.

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha é resultado do estudo desenvolvido por intermédio do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Administração Pública – Universidade Federal de Rondônia. O material permite visualizar os resultados da pesquisa de forma objetiva e clara. Por essa razão, a Cartilha auxiliará gestores públicos a compreender a importância da participação cidadã como necessária para o fortalecimento das instituições de ensino superior especialmente porque favorece a integração com a comunidade em geral e com os princípios da gestão democrática, em particular.

Esperamos que seja disseminado seu uso em as oportunidades de formação, capacitação, debates e estudos necessários para garantir a participação cidadã como fator qualidade dos serviços e da administração pública brasileira, de modo especial, nas instituições de ensino superior públicas. Lançamos mão da atualidade da proposta sobre a escada da participação, em Sherryl Ainstein (1969), que justificamos daqui a pouco!

Apresentamos assim os principais conceitos, dilemas e formas de participação cidadã para compreensão dos termos, definições e possibilidades práticas.

Use sem moderação. Até a próxima.

As autoras.

SUMÁRIO

CATEGORIAS RELEVANTES: QUAL DEMOCRACIA?.....	6
SOBRE A PARTICIPAÇÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES ÚTEIS.....	7
CONCRETIZANDO A PARTICIPAÇÃO.....	8
FATORES POSITIVOS.....	9
O QUE EVITAR.....	10
ONDE CHEGAR.....	11
CONTROLE CIDADÃO.....	14
UNINDO CONCEITOS: COMO TUDO SE CONECTA.....	15
MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA UNIVERSIDADE..	16
SUGESTÕES DE LEITURA.....	18
SOBRE AS AUTORAS.....	19

CATEGORIAS RELEVANTES: QUAL DEMOCRACIA?

A democracia muda de acordo com o tempo e lugar, assume formas e definições diferentes, por isso, é preciso saber que existem várias maneiras de praticar a democracia.

DEMOCRACIA TRADICIONAL

Os arranjos clássicos da democracia se sustentam na crença de que a decisão da maioria, seja para ação direta ou escolha dos seus representantes, é um meio de conferir validade às resoluções que a coletividade precisa instituir.

DEMOCRACIA RADICAL

Para a prática, a democracia radical propõe que “uma abordagem radical - democrática alternativa se baseia na competência prática distinta que os cidadãos possuem como usuários de serviços públicos sujeitos de políticas públicas e regulamentação, ou moradores que têm conhecimento contextual de seus bairros e ecossistemas. A ideia é aproveitar essas competências trazendo cidadãos comuns para deliberações sobre determinados assuntos público” (COHEN e FUNG, 2004, p. 29)

SOBRE A PARTICIPAÇÃO: ALGUMAS DEFINIÇÕES ÚTEIS

A participação é fundamental para toda forma de democracia, seja direta ou indireta. Entendê-la é essencial para que os cidadãos ocupem os espaços públicos.

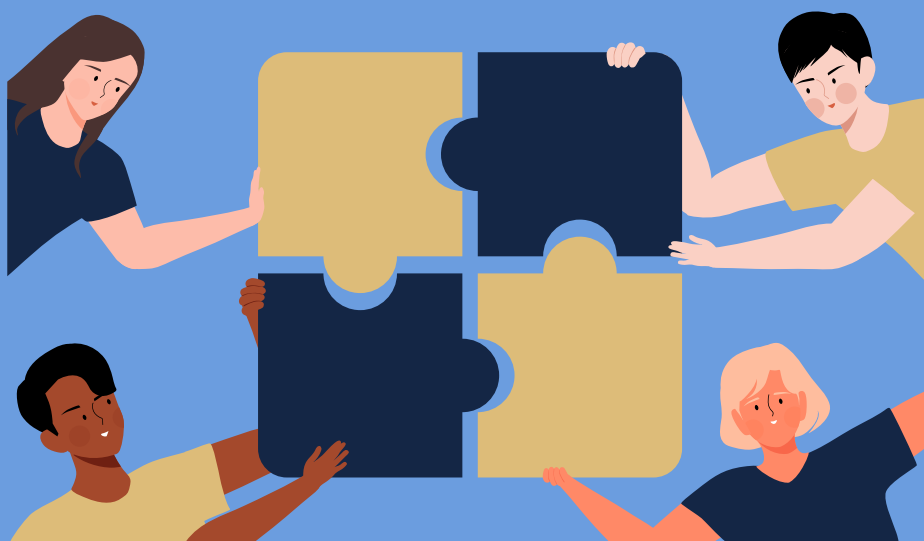
Participação é, a um tempo só, categoria nativa da prática política de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas e os autores, e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais.(LAVALLE, 2011, p. 33).

A ideia de Arnstein (1969, p.1) sobre participação é lançada como “a estratégia pela qual os cidadãos se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios.”

A participação social como um processo que resulta fundamentalmente da ação das camadas sociais em três níveis diferenciados para a análise e compreensão do fundamento, mas que na realidade são inseparáveis e interdependentes: a) a produção de bens e serviços; b) a gestão da sociedade; c) o usufruto dos bens e serviços produzidos e geridos nessa sociedade.” (AMMANN, 1978, p. 17).

CONCRETIZANDO A PARTICIPAÇÃO

Somando os conceitos de democracia e participação é possível traçar estratégias e colocar seu resultado em prática.



Considerando a participação social como a prática de atores sociais, da qual decorra redistribuição de poder, de maneira que se alcance a todos, é possível visualizar um denominador comum, o da participação como meio de inclusão, nos espaços decisórios, da coletividade que se encontra a margem, não necessariamente da sociedade em termos econômicos, mas das resoluções do Estado que se fazem através da Administração Pública. Fazer parte da gestão pública diretamente, não apenas através de representantes eleitos ou concursados, evidencia-se como mais uma das peças que se encaixam na história da democracia, um adicional possivelmente imprescritível.

FATORES POSITIVOS

São condições necessárias à construção e manutenção de espaços para a participação. Sem a presença dessas, não se pode pensar na prática participativa.

1

Formação: A Administração Pública deve proporcionar e viabilizar em seus espaços o ensino de política, de ritos e procedimentos sobre a construção de planos e programas públicos; deve manter seu quadro de profissionais apto a lidar com a comunidade e com conhecimento da legislação pública.

2

Abertura da universidade: à comunidade em seu entorno, o que abrange não apenas os cidadãos, mas outros órgãos públicos, universidades e movimentos organizados.

3

Paridade nas relações e opiniões entre os membros da comunidade acadêmica.

4

Pleitos abertos, alternância de poder, para garantia do amadurecimento democrático da instituição.

O QUE EVITAR

Assim como existem fatores que ajudam no desenvolvimento da participação, há aqueles que prejudicam seu progresso.

1

Existir previsão da participação em documentos oficiais, contudo, a comunidade, interna e/ou externa escolhe não participar. Pode ter como causa: formalismo burocrático ou desconhecimento da possibilidade de participar.

2

Desencorajamento a participação: refere-se ao sentimento de os participantes não terem suas opiniões levadas em consideração.

3

Pouca informação: diz respeito tanto a baixa divulgação sobre o como participar, quanto a resultados alcançados.

4

Concentração de poder: pode estar relacionada a alta gestão ou, de modo geral, entre os docentes.

ONDE CHEGAR



A prática participativa, de acordo com a Teoria da Escada da Participação Cidadã, deve conduzir os cidadãos e cidadãs ao controle do poder público.

A Escada da Participação Cidadã é uma simplificação da realidade, em 08 degraus, representativa do grau de abertura de uma organização à participação. A teoria, de 1969, conseguiu contribuir com avanços na discussão em vários setores da sociedade. Seguem algumas indicações de obras baseadas na teoria, que vão desde assuntos sobre Meio Ambiente à Análise da Efetividade da participação na gestão pública brasileira:

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11643/TESE%20FLAVIA_DARRE_BARBOSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/632>

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1460/1225>

À medida que se sobe na escada, há maior distribuição de poder e integração da comunidade.

Vamos ver a seguir o que diz CADA um dos degraus?

**Controle
Cidadão**

A comunidade tem acesso não só ao espaço de poder, ao planejamento e execução, assim, podem lidar diretamente com as fontes de financiamento. Não significa controle absoluto, mas tão somente participar desde a origem da coisa pública.

**Delegação
de Poder**

Os membros da sociedade assumem papel diretivo, estão inseridos desde o planejamento, incluindo poder de veto.

Parceria

Primeiro degrau em que há efetiva redistribuição de poder, assim, tomadores de decisão e demais atores sociais alinham planos de forma conjunta. Aqui é comum o uso de conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos.

Pacificação

Há uma certa influência dos indivíduos que, geralmente, são desprovidos de poder decisório.



Consulta

Adota-se prioritariamente as pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas.

Informação

Os tomadores de decisão estão dispostos apenas a divulgar informações sobre os resultados de seus trabalhos, raramente sobre o andamento, e não estão abertos a negociar com a comunidade em geral.

Terapia

Os indivíduos são encarados como doentes, inábeis, sem capacidade para condução da coisa pública, portanto, são objeto de mero controle.

Manipulação

As pessoas são convidadas a participar, contudo, não há qualquer pretensão de ouvi-las. Servem apenas como agentes legitimadores de decisões previamente tomadas.

CONTROLE CIDADÃO



O Controle Cidadão é considerado alvo a ser atingido, uma verdadeira meta, pela comunidade. Neste ponto do degrau mais alto da escada da participação, todos (as) estão dentro do local de decisão, assumindo capacidade para resolver questões do interesse geral.

O assunto está diretamente associado à participação, sendo uma decorrência natural desta última, pois, para que exista a possibilidade de controle social é necessário que aqueles que estão no controle também estejam envolvidos, do início ao fim, na gestão pública. Ambos os conceitos estão associados a um estado que envolva ações culturais, sociais, políticas e educacionais, que oportunizem a manutenção de espaços para deliberação das demandas públicas.

As informações lançadas nessa cartilha orientam e contribuem para a subida na escada da participação, em direção a esse controle assumido pela sociedade, indicando as condições necessárias e as prejudiciais nessa trajetória.

UNINDO CONCEITOS: COMO TUDO SE CONECTA

GOVERNANÇA CONTROLE CIDADÃO DEMOCRACIA COLETIVO PARTICIPAÇÃO^{DELIBERAÇÃO}

Agrupando a ideia de democracia, participação e governança, o controle popular ganha forças como meio para fortalecimento da sociedade dentro dos espaços públicos, por isso, assegura-se como uma forma de estratégia em que se “convoca grupos de cidadãos para deliberar e desenvolver soluções para problemas particulares de interesse público.” (COHEN e FUNG, 2004, p. 30).

Assim, o controle cidadão chama os principais interessados para dentro do centro de poder. A comunidade que vive os problemas pode apresentar soluções.

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA UNIVERSIDADE

Um roteiro Tira-Dúvidas para o (a) leitor (a)



Quem pode participar?

Todos (as) podem e devem participar, agindo de forma individual, coletiva, por meio de movimentos sociais e até instituições.

Como participar?

Cada instituição tem seus próprios procedimentos para a participação. Deve-se, de início, buscar informações sobre tais procedimentos que, em tese, já deveriam estar disponíveis em sites ou murais físicos nas dependências da entidade. Se não estiverem acessíveis, podem ser solicitados junto ao próprio órgão ou nos canais institucionais mantidos por órgãos de controle, como o Fala.BR, plataforma da Controladoria Geral da União que permite a qualquer cidadão pedir informações públicas e apresentar manifestações.

Link<<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/falabr#:~:text=O%20Fala.BR%20%C3%A9%20a,manifesta%C3%A7%C3%B5es%2C%20tudo%20num%20%C3%BAnico%20ambiente>>

Quais as formas de participação?

Pode-se participar envolvendo-se diretamente nos espaços públicos, por exemplo, candidatando-se para os assentos de conselhos e assembleias. Outra modalidade é através de grupos de estudo, para proposição de projetos ou de opiniões sobre determinadas decisões tomadas pela Administração. No Brasil, é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, devendo-se apenas respeitar o direito de terceiros e a lei.

O acesso a espaços públicos e o acompanhamento de deliberações são, de igual forma, garantidos por lei.

SUGESTÕES DE LEITURA

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of planners**, 1969, 35.4: 216-224.

COHEN, Joshua; FUNG, Archon. Radical democracy. **Swiss Journal of political science**, v. 10, n. 4, p. 23-34, 2004.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, v. 7, p. 33-42, 2011.

SOBRE AS AUTORAS



Keise R. Franco Fernandes

Administradora na Universidade Federal do Amazonas (Técnico Administrativo em Educação-TAE). Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia (PROFIAP/UNIR). Especialista em Gestão de Pessoas na Administração Pública pela Unicesumar.

Graduada em Administração pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e em Direito pela Universidade Paulista (UNIP).

Endereço para acessar estes CVS:
<http://lattes.cnpq.br/3555085551615800>

<http://lattes.cnpq.br/1500138748195312>



Walterlina Barboza Brasil

Professora Titular na Universidade Federal de Rondônia, Brasil.

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR,1989), Mestre em Enseñanza Superior-Universidad Autónoma de Nuevo León (UANL,1997) e Doutora em Ciências Socioambientais - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA-UFPA, 2003). Pos-doutoramento - staff - student - University of Florida no Centro de Estudos Latino Americanos-Tropical Conservation and Development e Amazon Conservation Leadership Initiative (ACLI) - 2013 a partir da Especialização em Gestão de Sistemas Socioecológicos Complexos (2011-2013). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES-UNIR) com o Observatório Educação Superior e Desenvolvimento.